Nadir Mazloum

A ACUSAÇÃO NO PROCESSO PENAL

2ª EDIÇÃO

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2027

Sumário

Considerações introdutórias.....1

Parte 1 – O processo penal, a vingança privada e o Estado 15

1. O estudo histórico-filosófico do processo penal.....15

2. A vingança privada.....21

2.1. Da vingança como sentimento imanente à humanidade.....32

Parte 2 – A acusação penal na história 43

1. A acusação popular..... 43

1.1. A acusação no Egito..... 44

1.2. A acusação na Grécia 46

1.2.1. Os sicofantas.....49

1.3. A acusação em Roma 55

1.3.1. O declínio da acusação popular:
a infestação da praga dos delatores em Roma..... 68

1.3.2. A reação dos imperadores cristãos contra os delatores 76

1.4. Os debates parlamentares da Revolução Francesa.....81

1.5. Conclusões que podemos tirar sobre a acusação popular 86

1.6. A acusação popular no Direito brasileiro 90

1.6.1. O Projeto de Lei 6.404/2016 93

1.7. Reflexões dogmáticas sobre a ação penal e a acusação 95

1.7.1. Titularidade da ação penal x exercício da ação penal..... 96

1.8. O exercício da ação penal como potestade jurídica.....105
1.9. Acusação em sentido amplo e acusação em sentido estrito...109
1.10. A diferença entre acusador, denunciante e delator 114
1.10.1. Denunciante 116
1.10.1.1. Denúncia anônima 125
1.10.1.2. Denúncia recompensada.....130
1.10.2. Delator.....136
1.10.2.1. Análise política da delação 139
1.10.2.2. Análise jurídica da delação.....148
1.12. A sucumbência do acusador.....159
2. A acusação privada 160
3. A acusação pública.....168
4. A acusação concorrente 172
5. A acusação predominantemente pública e subsidiariamente privada.....174
6. A acusação predominantemente popular/privada e subsidiariamente pública 176
7. Sistema por nós defendido 186
Parte 3 – Do Ministério Público 189
1. Do monopólio do exercício da ação penal pública.....192
1.1. Princípio da indisponibilidade da ação penal.....198
1.1.1. Princípio da obrigatoriedade.....199
1.1.1.1. Acusação privada subsidiária da pública 205

1.1.2. Princípio da indesistibilidade: 209

1.1.3. O fim da indisponibilidade da ação penal pública no Direito brasileiro? 223

1.1.3.1. Os mecanismos consensuais no processo penal 230

1.1.3.2. Princípio da obrigatoriedade às avessas 242

2. Do arquivamento 244

2.1. Controle do arquivamento 261

2.1.1. Controle do arquivamento antes da Lei 13.964/19 261

2.1.2. Controle do arquivamento depois da Lei 13.964/19 264

2.1.3. Inconstitucionalidade do novo procedimento de arquivamento 266

2.1.4. Nossa posição 268

3. Da opinio delicti positiva 276

3.1. Opinio delicti parcialmente positiva 283

4. Da denúncia 285

5. Da imputação 288

5.1. Da imputação de participação 303

6. Do abuso do poder de acusar 305

6.1. A opinião de CONSTANT 310

6.2. A opinião de FILANGIERI 313

6.3. A sucumbência civil 315

6.4. Nossa posição 316

6.4.1. A sucumbência do acusador popular 320

6.4.1.1. Caução 323

7. Do assistente de acusação..... 324

7.1. O papel da vítima no processo penal.....334

8. Da ação penal pública condicionada à representação..... 340

8.1. A opinião de ALIMENA..... 345

8.2. A opinião de ORTOLAN..... 347

8.3. Nossa posição..... 350

8.4. Conceito e natureza jurídica da representação 356

8.5. Extra-atividade da lei que condiciona a ação penal à representação..... 364

9. Da (im)parcialidade do Ministério Público 370

10. Das relações do Ministério Público com a sociedade..... 380

11. Das relações do Ministério Público com a imprensa..... 383

Parte 4 – Reflexões finais sobre a acusação 399

1. Acusação (e defesa) na fase investigativa:..... 399

2. Ônus da prova: 421

3. A palavra acusatória do ofendido como causa deflagradora da acusação em sentido estrito: 435

4. A testemunha anônima:..... 442

5. Acusação nos crimes de abuso de autoridade:.....455

6. Cerceamento de acusação:..... 457

Referências bibliográficas 467